



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 24 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

Anne Alves da Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul /UFRGS.

anne_1526@hotmail.com.br

REPRESSÃO NA DITADURA BRASILEIRA: uma breve análise da atuação dos órgãos repressivos na Universidade Federal da Bahia (1972-1978).

RESUMO

Proponho produzir um artigo direcionado aos alunos e professores para trabalharem com o tema da ditadura militar no ensino médio. O texto analisa as estratégias de vigilância e coerção promovida pelos Serviços de Informação aos movimentos estudantis na Universidade Federal da Bahia, bem como as diferentes ações de resistências desenvolvidas pelos estudantes. Para atender ao público destinado, optamos por produzir um texto curto e didático.

Palavras-chave: Repressão. Universidade Federal da Bahia. Publicações Estudantis.

REPRESSION IN THE BRAZILIAN DICTATORSHIP: a brief analysis of the performance of repressive organs at the Federal University of Bahia (1972-1978).

ABSTRACT

I propose to produce an article aimed at students and teachers to work with the military dictatorship theme in high school. The text analyzes the surveillance and coercion strategies promoted by the Information Services to student movements at the Federal University of Bahia, as well as the different resistance actions developed by the students. To serve the intended audience, we chose to produce a short, didactic text.

Keywords: Repression. Federal university of Bahia. Student Publications.

Introdução¹

Em 1964 o Brasil sofreu um golpe de Estado, derrubando o presidente João Goulart (Jango) e dando início a uma ditadura militar no Brasil, que só foi finalizada em 1985. Travestido de protetores da democracia, os presidentes militares junto a uma parcela da grande mídia e alguns empresários difundiram o anticomunismo na sociedade brasileira. O imaginário anticomunista não surgiu com o golpe em 1964, contudo, foi a partir desse momento que passaram a associar os comunistas às “doenças” que se infiltram na sociedade e no governo, difundido a noção de inimigo interno (MOTTA, 2000, p. 79). Tais pensamentos deram base para promover ondas de perseguição a todos que fossem contrários ao governo. Com o intuito de espionar e reprimir qualquer comportamento identificado como imoral ou subversivo, ao longo da ditadura foram criados e/ou aperfeiçoados os órgãos de Segurança e Informação.

Na perspectiva dos ditadores, subversivo era uma categoria elástica, que poderia ser aplicada a qualquer indivíduo ou grupo que questionasse uma política do governo ou uma ação do Estado. Contudo, a imagem construída e divulgada sobre a subversão focava na militância de esquerda, principalmente na dos Comunistas, que estariam, por sua vez, ligados ao Movimento Comunista Internacional (MCI). Partindo dessa perspectiva, mesmo as questões relacionadas moralidades poderiam ser classificadas como ato subversivo (VELHO, 2008). Para os ditadores, a imoralidade se encontrava nos discursos que defendiam os direitos das mulheres, dos homossexuais, dos negros, da liberdade de professar qualquer religião ou de não professar nenhuma, podendo ser associado também a qualquer comportamento que fosse interpretado como destruidor da “família tradicional de bem”.

As pessoas que apresentassem críticas ao governo, fossem civis ou militares, poderiam sofrer várias atrocidades como serem espionadas, perderem seus direitos políticos, serem demitidos (as), perderem a matrícula, ou benefícios como bolsas ou assistências para a alimentação, a residência etc. Como também poderiam ser intimadas, presas, torturadas ou até mesmo assassinadas. Os governos justificavam seus atos como método de defesa do bem-estar do povo brasileiro, da democracia, da família, da moral e dos bons costumes.

¹ O projeto teve apoio financeiro do Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura do Estado da Bahia e da Fundação Pedro Calmon (Programa Aldir Blanc Bahia) via Lei Aldir Blanc, direcionada pela Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, Governo Federal.

Apesar de termos vividos anos de governos opressores que visavam implementar uma noção de moral cristã e militar, é importante evidenciar que o sistema repressivo foi se moldando e ampliando ao longo da ditadura. Por isso, é necessário compreender algumas características de cada governo militar e como as ações repressivas foram construídas ao longo da política repressiva.

Os atos repressivos e o percurso da repressão

Eleito por uma junta militar, Humberto de Alencar Castelo Branco assumiu a presidência em 14 de abril de 1964, cinco dias após a proclamação do primeiro Ato Institucional (AI-1). Os atos institucionais eram decretos com poder de Constituição, baixados, normalmente, pelo poder executivo no período de 1964 a 1969. Por meio deles, os militares legitimaram vários atos violentos contra a população. O primeiro Ato Institucional suspendia a estabilidade dos funcionários públicos e por dez anos os direitos políticos de todos os cidadãos vistos como opositores ao regime.

O governo de Castelo Branco pode não ser responsável pelo AI-1, mas em seu governo foram decretados três atos institucionais. O AI-2, que extinguiu o pluripartidarismo, dando origem ao bipartidarismo, além de determinar que o Estado de Sítio poderia ser decretado por 180 dias sem consulta ao Congresso. Conforme a constituição da época, esse dispositivo burocrático só deveria ser usado com autorização do Congresso, quando houvesse ameaças contra a ordem do Estado Democrático de Direito. O AI-3, modificou a estrutura das eleições em nível estadual e municipal. O último ato institucional assinado por Castelo Branco, o AI-4, convocou Congresso Nacional para revogar a constituição de 1946 e propôs a elaboração de uma nova constituição.

No governo de Castelo Branco também foi criado o Serviço Nacional de Informação (SNI). O SNI, teve por objetivo manter o governo informado sobre as articulações dos “inimigos”. Para atender a essa necessidade foram subordinados ao Serviço Nacional de Informação diversos órgãos com intuito de coletar dados. Paralelamente, houve a atuação do Inquérito Policial Militar (IPM) e de outros órgãos de investigação e tortura. Assim, os atos institucionais serviram como instrumento de legalização dos comportamentos repressivos, o SNI como um órgão que concentraria as informações coletadas por diversos outros órgãos de inteligência, e as Forças Armadas concentravam os atos repressivos/punitivos, favorecendo a expansão da repressão.

O segundo presidente, Artur da Costa e Silva, foi escolhido pelos votos do Congresso Nacional, obedecendo as regras da Constituição Federal de 1967. Seu

governo foi responsável pela primeira remodelação e ampliação do SNI. Apesar de todas as estratégias que intencionavam controlar a população, aplicadas desde 1964, o ano de 1968 ficou marcado por diversas manifestações populares. Dentre as quais, podemos citar: a greve dos artistas, contra as censuras e atos violentos sofridos no meio artístico; passeata estudantil contra o assassinato do jovem universitário, Edson Luis, por policiais militares, durante um confronto no restaurante Calabouço; a organização da Frente Ampla, que reunia alguns políticos conceituados (Juscelino Kubitschek, João Goulart e Carlos Lacerda) em defesa da democracia; a pressão exercida pelo Congresso liderada por políticos do Partido Movimento Democrático Brasileiro (MDB); e ampliação dos movimentos de guerrilha contra o governo ditatorial.

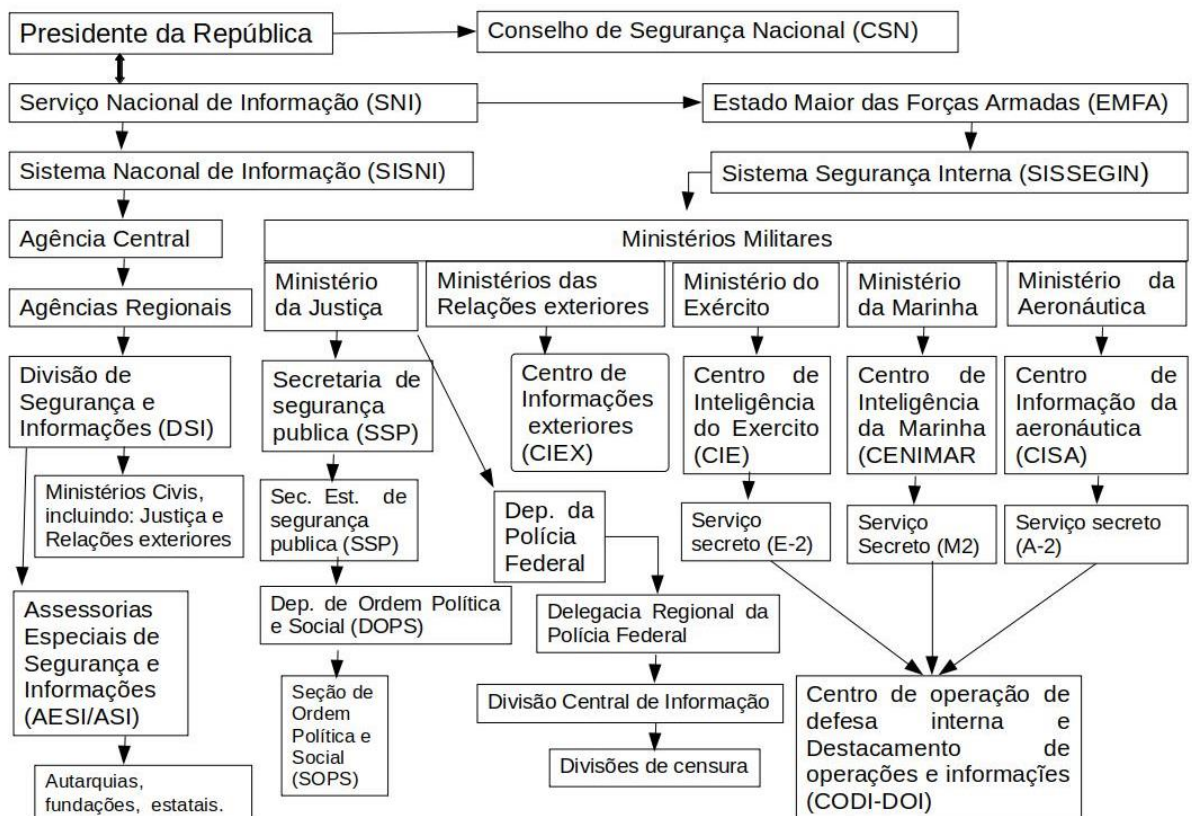
Apesar do ano de 1968 ter sido iniciado com a explosão dos gritos que há muito estavam presos nas gargantas, motivada pela indignação frente aos atos abomináveis realizados pelos militares, o ano foi finalizado com suspiro de dor e indignação. Isso porque em 13 de dezembro de 1968 foi assinado o Ato institucional nº 5 (AI-5). Considerado um dos mais perversos atos institucionais, o AI-5 revogava o direito dos *habeas corpus* – ação judicial que tem como objetivo proteger o direito individual contra atos abusivos cometidos por autoridades –, tinha poderes de confiscar bens, demitir, afastar ou aposentar, deu autoridade ao presidente para fechar o Congresso Nacional e as Assembleias Legislativas dos estados; efetivando-se – com exceção da AL de São Paulo – por quase um ano; bem como, forneceu bases para criação de novas leis, decretos e Ato Complementar, que garantiram a ampliação do sistema repressivo.

A promulgação do AI-5 foi responsável por promover um retrocesso nas mobilizações sociais e estudantis, o que não significou a sua extinção. O cerco repressivo às universidades se consolidou com o Decreto 477 editado em fevereiro de 1969. O decreto definiu infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino público ou particulares. Houve a reabertura dos Inquéritos Policial Militar (IPM's), instrumentos de investigação e perseguição utilizados por membros das Forças Armadas brasileiras e que tinham como objetivo investigar supostas atividades subversivas. Pouco depois de assinar o AI-5, o presidente Costa e Silva, por motivo de saúde, abdicou-se do cargo.

Ao tomar posse, o terceiro Presidente militar, Emílio Garrastazu Médici, deu continuidade à política de ampliação dos instrumentos repressivos. Neste governo foi criado o Sistema de Segurança Interna (SISSEGIN) e o Sistema Nacional de Informação (SISNI) vinculado ao SNI. O SISSEGIN era responsável pelas operações repressivas,

os quais estavam sob o comando das Forças Armadas. Para a execução das atividades operacionais foram criados e/ou reorganizados órgãos que exerciam atividades informativo-investigativas e que faziam uso de operações como espionagens, prisão, inquérito, interrogatórios e tortura, com o intuito de coletar informações e punir os condenados por crimes políticos. O SISNI, apesar de também desempenhar o serviço de inteligência, normalmente, não realizava voz de comando, ou seja, não prendia ou inqueria, nem torturava. Suas atividades estavam restritas ao plasma do sigilo, conseguindo informações por meio de atividades sigilosas, como a espionagem. Para melhor compreender a estrutura do SISSEGIN, segue um organograma.

Organograma do SISSEGIN - Sistema de Segurança Interna



Fonte: SILVEIRA, 2019, p. 32.

Durante esse período foi criada a Comissão de Investigação Sumária do MEC (Cismec), com base do Ato Complementar nº 39. A comissão tinha como propósito investigar ações consideradas subversivas, envolvendo professores, funcionários e estudantes, além de outras medidas igualmente repressivas. Por meio dessas medidas foi possível exercer pressão aos dirigentes universitários, para cancelar matrículas, expulsar estudantes e perseguir professores, fragilizando a resistência à ditadura.

Dentro desta conjuntura deu-se também a criação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações (AESI), que posteriormente ficaram conhecidas apenas como Assessoria de Segurança e informação (ASI). A AESI funcionou nos diversos setores públicos, inclusive nas Universidades. Ela estava vinculada ao SISNI, que se apresentava como uma agência voltada para a coleta de dados, fazendo uso do sigilo de informação como principal mecanismo de operação. Por meio das informações adquiridas, assessorava o reitor, no que fosse possível, “em benefício” da Segurança Nacional.

A AESI na Universidade Federal da Bahia

A Universidade da Bahia é fruto de um projeto político, posto em prática na década de 1950 pelo Reitor professor Edgar Santos que reuniu várias Faculdades, Escolas e Institutos no Estado da Bahia, em único centro educacional. O projeto tinha como intuito a elevação da educação de ensino superior no país ao padrão das universidades da Europa, e a conclusão dessa política ocorreu em 1965, com a federalização da instituição. Desta forma, a Universidade da Bahia passou a ser nomeada como Universidade Federal da Bahia (UFBA) (OLIVEIRA *et al.* 2014, p. 2). É importante notar que a política que culminou na federalização não foi obra dos governos militares, mas não implica que tais acontecimento não tenham garantido aos ditadores maior controle das instituições públicas federais após o golpe.

Porém, antes mesmo da federalização das universidades públicas brasileiras, no imediato pós-golpe, iniciaram-se as arbitrariedades, sedes de sindicatos, organizações sociais, partidárias e estudantis foram invadidas, os líderes perseguidos e presos. Um exemplo de abusos cometidos pelo regime foi a invasão da residência dos estudantes da UFBA e a prisão de todos que ali se encontravam, incluindo um professor da universidade, Roberto Argolo. Fato lembrado pelo professor Roberto Argolo do Instituto de Física da universidade, prestado à Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA.²

Esse acontecimento não foi o único ato repressivo vivenciado pela comunidade acadêmica da UFBA, ao longo dos anos mais professores e alunos foram presos, outros demitidos e muitos estudantes foram suspensos, alguns perderam o auxílio moradia ou

² ARGOLO, Roberto Max. [fev. 2014]. Entrevistador: Olival Freire Junior. Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA. Salvador/BA, 18 de fevereiro de 2014. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AFznK6ThOH8>. Acesso em: 05 fev. 2021.

alimentar, quando não, perdiam o direito de estudar. Após o Ato Institucional nº 5, as ações repressivas tomaram novas configurações tendo em vista o aperfeiçoamento do sistema de repressão.

Assim, no processo de ampliação do aparelho repressivo, as instituições federais, bem como as universidades, foram incentivadas a criar em suas instituições as Assessorias Especial de Seguranças e Informações (AESI). Em 1971 foi encaminhado para as universidades federais um ofício informando sobre as mudanças na legislação e a solicitação para a criação da AESI. O documento dava um prazo de dez (10) dias para que o reitor enviasse o nome do assessor chefe. Na UFBA, o ofício foi recebido pelo Reitor professor Roberto Santos, que escolheu o médico e diretor do Hospital da Universidade, Emerson Spindola Marques Ferreira para assumir o cargo de chefe de assessoria (SILVEIRA, 2019, p. 41). A assessoria deveria acompanhar o andamento da Política Nacional e manter o reitor informado sobre as articulações dos grupos que “criam tensões” e “dissidências” na universidade.

Apesar da confirmação do nome de Emerson Spínola em 1971, o mesmo só teve suas atividades iniciadas no reitorado de Lafayette Pondé em 1972, após a escolha da equipe que auxiliaria o assessor chefe. A equipe era formada inicialmente por Irene de Araújo Lima, Ivone América Trifilho dos Humildes, Reginaldo Dias Nascimento, Domingos Iglesias Soto, Manoel Ribeiros Trindade e Álvaro Pereira de Souza. O último só foi incorporado a equipe um ano depois do início do funcionamento da assessoria. Em 1974 ocorreu outra mudança no quadro de funcionário da Assessoria, como pode ser observada na relação de funcionários na tabela a seguir³.

Quadro 1 - Servidores Lotados na AESI.

Nome	Cargo
Emerson Spínola M. Ferreira	Chefe da Assessoria
Edgar dos Santos Jenkins	Assistente Especial do assessor
Álvaro Pereira de Souza	Auxiliar Portaria
Reginaldo Dias Nascimento	Motorista
Manoel Ribeiro Trindade	Servente
Expedito B. Do Sacramento	Atendente
Ivone América T. dos Humildes	Oficial Administrativo

³ Servidores Lotados na AESI. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1242, 1245.

Maria de Lourdes Esteves	Oficial Amanuense (<i>secretária</i>)
Irene de Araújo Lima	Assistente Social
Alfredo José Duarte Filho*	Contínuo (<i>office-boy</i>)
Creuza Ribeiro de Araújo*	Amanuense (<i>escrevente ou copista</i>)
Edinair Silva de Oliveira	Amanuense (<i>escrevente ou copista</i>)
*Contratação para a AESI	<i>Entre parêntese em itálico contém o termo atualizado das ocupações profissionais citadas.</i>

Fonte: Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1242, 1245.

A partir da tabela acima, é possível observar que não havia nenhum funcionário lotado na Assessoria que exercesse oficialmente a função de espião. Desta forma, surge a questão, como ocorreu a coleta de informação? O recolhimento de dados realizado pela Assessoria se dava por meio da coleta dos informes ou até mesmo de informações prestadas pelos diretores e outros gestores da universidade ao reitor ou direcionada ao chefe da AESI, movida por interesse particular ou a partir de solicitações encaminhadas pela AESI a outras agências. Informes caracterizavam dados ainda não confirmados, que moviam as investigações. Já as informações eram dados confirmados, que poderiam gerar penalidades ou absorção dos investigados⁴.

Além dos informes/informações coletados através dos dirigentes da comunidade, havia também os agentes infiltrados, vinculados a outras agências - como a Polícia Federal. Apesar de estarem a serviço de outros órgãos, os dados apreendidos por estes agentes eram repassados para a ASI, a partir de relatórios. Estes documentos continham informações detalhadas e precisas sobre as articulações estudantis como reuniões, publicações, eventos culturais, estudantis ou acadêmicos que fossem autorizadas ou não. Neles havia muitas vezes o local, a hora e os nomes dos participantes. Outra forma de adquirir informação era por meio do *clipping* de reportagens de jornais comerciais, das publicações estudantis ou sobre os estudantes. *Clipping* é o processo de selecionar notícias nos meios de comunicação, geralmente impressos, com o intuito de acumular o máximo de informações através de recortes sobre assuntos do interesse de quem os coleciona (SILVEIRA, 2019, p 113). Assim, por meio dessas medidas, os serviços de repressão conseguiram ampliar seu alcance dentro dos espaços universitários.

Importante evidenciar que apesar das AESIs terem a função de auxiliar o reitor nas tomadas de decisões em casos de atos subversivos ou desviantes, eram os reitores

⁴ Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 2, RP. 398.

ou os demais dirigentes (coordenadores, diretores, chefes de departamentos) que aplicavam as penalidades. Assim, quando o chefe da assessoria recebia orientações/informações, as repassava ao reitor, para então proceder nos casos de subversão e/ou de desvios de conduta conforme os desígnios institucionais. Seguindo esse sistema, as assessorias podiam interferir no processo de contratação, demissão, matrícula, jubramento, distribuição de bolsas, auxílios residência ou alimentação, na organização de todos os eventos e divulgação de publicações estudantis, sem, no entanto, tornar-se visível na comunidade acadêmica.

As ações dessas assessorias também poderiam interferir fora do âmbito universitário. Isso porque os órgãos de repressão trocavam informações. Como o caso do serviço de informação da empresa Salgema Indústria Química S.A. e da Coelba que solicitaram à AESI informações sobre ex-estudantes da Escola Politécnica⁵.

Apesar de todo esse controle exercido pelos órgãos da ditadura, a década de 1970 não foi marcada apenas pela instalação e atuação do serviço de repressão no interior das instituições, mas também pela rearticulação do movimento estudantil, mesmo que inicialmente atuassem de forma sutil. No ano 1971 em pleno governo Médici, período de extensa perseguição aos líderes dos movimentos sociais, políticos e estudantis, foi criado por um grupo de estudantes o Centro Universitário Cultura e Arte (CUCA)⁶. Surgiu como uma forma alternativa, de expressar através da arte “questões que tangenciavam a realidade brasileira” (MÜLLER, 2010, p. 71). Isso porque “os espaços de sociabilização passaram a se configurar num importante instrumento de mobilização de estudantil” (MOTA, 2013, p. 25). Outro mecanismo de mobilização habitual entre os estudantes eram as publicações estudantis. As publicações poderiam ser anônimas ou assinadas por algum grupo estudantil dentro da universidade. Por meio desses informativos, é possível obter várias informações sobre as pautas, as mobilizações estudantis, além de que poderiam também conter denúncias das arbitrariedades do Estado.

A busca pelo controle e o crescimento descontrolado das manifestações

Em 1974, Ernesto Beckmann Geisel assume a presidência e inaugura a terceira fase da institucionalização da ditadura. Geisel tinha como propósito promover políticas estruturais que corroborasse, a longo prazo, na obtenção de apoio político e social.

⁵ Of. nº 163/73/SI, Emerson Spinola Marques Ferreira, AESI, 24 de agosto de 1973, Memorial Arlindo Fragoso da Escola Politécnica/UFBA.

⁶ Pedido de informação nº 4518. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 05, RP. 1151

Nesse intuito, o quarto presidente militar deu os primeiros passos em prol da distensão política a partir da “liberdade” de imprensa e legislativa. O projeto de distensão desenvolvido por Geisel intencionava um afrouxamento das tensões sociopolíticas, desmantelando de forma gradual as estruturas de coerção legal criadas pelo Estado, sem prejudicar a força do partido do governo, o Arena. Deste modo, a proposta de liberalização ocorria de modo controlado (ALVES, 1989, p. 185).

Importante esclarecer que no projeto de distensão, a democracia só era aceita nos casos de enaltecimento das realizações produzidas pelo regime. As críticas e mobilizações reivindicatórias não eram bem-vistas, e por esse motivo sofriam retaliação. Através dessa política, Geisel investiu tanto na profilaxia do país agindo contra as organizações reivindicatórias, como buscando limitar o espaço do partido MDB, para garantir a ascensão do partido do governo (o Arena), e garantir maior aceitação do mesmo na sociedade civil (RESENDE, 2013, p. 217).

A lei Falcão nº 6.639/76, serviu como estratégia para que Geisel permanecesse no controle da sociedade. Ela mudava as normas da legislação eleitoral municipal, alterando o modo de apresentação dos candidatos, impedindo que fossem feitas críticas ao governo pelos candidatos que apresentassem suas propostas (ALVES, 1989, p. 190). Utilizaram os sistemas de inteligências dos órgãos de repressão para promover diversas perseguições. Além destes, os pronunciamentos presidenciais também foram utilizados para desmentir quaisquer denúncias sobre os atos cometidos pelo Estado, ou apresentar os feitos do governo.

Apesar dos discursos promoverem a abertura política, não houve em seu governo a extinção dos órgãos da repressão, tampouco uma ação efetiva para o fim dos votos indiretos para presidente. Os atos institucionais e complementares existentes só foram extintos ao final de seu governo, em 1978. Mesmo persistindo as estruturas repressivas, a proposta liberalizante difundida pelo presidente militar impulsionou a mobilização dos movimentos sociais e estudantis.

Mesmo que a organização estudantil na UFBA tenha iniciado suas atividades ainda no governo Médici, foi apenas no Governo Geisel que os estudantes ampliaram suas discussões e seu alcance, passando a divulgar seus informes nos jornais comerciais, que antes sofriam forte censura da ditadura, além de ocupar as ruas, através de passeatas.

A organização do Movimento Estudantil da UFBA

As entidades estudantis na UFBA foram reestruturadas após a greve contra a prova do Ciclo Básico em 1972 (“provão”). O provão era como se fosse um segundo vestibular que garantiria a permanência dos estudantes dentro da universidade. O movimento criticava os critérios de avaliação e a quantidade de vagas disponíveis nos cursos. fato que ocasionava um alto índice de alunos excedentes. A greve tinha como intuito boicotar a avaliação e solucionar o problema dos estudantes excedentes. A mobilização estudantil promoveu a adesão de 100% dos estudantes, o que garantiu o cancelamento da prova do Ciclo Básico e a organização dos estudantes em torno do Diretório Acadêmico (DA) e do *Diretório* Central dos Estudantes (DCE).

Com o objetivo de manter um diálogo direto com os estudantes, foram criados pelos DA e DCE vários jornais, boletins, panfletos e revistas. Entre os anos de 1972 e 1973 surgiram cerca de onze jornais⁷ (SILVEIRA, 2019, p. 76-77). Por meio dessas publicações, é possível ter uma noção das pautas estudantis e de como eles percebiam as ações repressivas produzidas pelos aparelhos do Estado. Contudo, para esse artigo só serão analisadas algumas publicações do Boletim dos Estudantes da Bahia (BEBA) organizadas pelo Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal da Bahia. A escolha deste se deve ao fato de ser uma publicação organizada pelo diretório central, a qual apresentava problemas e questões de diversos cursos.

Importante salientar que o processo de reestruturação do ME ocorreu simultaneamente ao processo de criação e instalação da AESI/UFBA, fato que gerou junto ao serviço de informação um grande acervo sobre o movimento estudantil da década de 1970. As publicações estudantis foram encontradas como anexos dos ofícios confidenciais produzidos pelo serviço de repressão, em sua grande maioria pela Assessoria de Segurança e Informação instalada na universidade. Dentre os anexos, foram encontradas cerca de dezenove (19) edições do BEBA, não sequenciadas. No processo de análise textual nos deparamos com alguns problemas, como a falta de algumas edições, páginas ou texto ilegível. Ao longo das publicações do BEBA, observamos que apesar de haver críticas à presença de policiais ou dos atos repressivos, muitas vezes praticados pelos dirigentes das unidades, não há informações

⁷ DA de Agronomia *O DALA*, DA de Filosofia *PSIU*, DA de Física *Momentum*, DA de Economia *Jornal ECO*, DA de Direito *A Palavra*, DA de Arquitetura *Jornal de Arquitetura* e o *Boletim*, DA de Psicologia *Reflexo*, DA de Farmácia e Bioquímica *Bis*, DCE/CUCA *Saúva*, DCE *BEBA*.

sobre a atuação da Assessoria de Segurança e Informação. Isso se deu ao modo como a Assessoria agia dentro da universidade, atuando por meio do sigilo da informação.

A edição de número zero do BEBA foi publicada em abril de 1973, durante o início das atividades da AESI. O seu primeiro editorial informa que o boletim tem como objetivo “intensificar um processo constante de informação, a fim de que, a partir daí os colegas, já devidamente informados, tenham a base necessária para maior aprofundamento das questões”⁸. Os estudantes compreendiam que suas publicações supriam “a falta de informação, consequência das restrições que [vinha] sofrendo a imprensa brasileira, não só dos problemas mais ligados à universidade, como também as questões mais gerais do país”⁹.

Podemos observar que ao longo da primeira metade da década de 1970, os problemas apresentados pelos estudantes estavam inteiramente vinculados aos problemas internos à universidade. Contudo, tais problemas não estavam desvinculados da realidade fora dos muros universitários. A política repressiva atuou, mesmo que de forma diferente, em todos os setores sociais e institucionais. Não pretendemos classificar, medir, minimizar ou intensificar a dor ou o sofrimento, mas compreender que durante esse período ninguém estava a salvo do olhar perverso do Estado ditatorial.

Fundamental lembrar que até 1974 o país se encontrava sob a direção do general Médici, e que durante esse período foi alto o índice de violação dos direitos humanos, havendo uma intensa perseguição às lideranças políticas, sociais e estudantis¹⁰. O medo fazia parte do cotidiano de boa parte da sociedade. Dentro da universidade era constante o medo de estar sendo vigiado e principalmente de ser preso, pois a prisão significava, naquela época, a possibilidade de ser torturado e morto. Eram recorrentes e diversificadas as formas de violações aos direitos na comunidade acadêmica, e por isso não deixaram de ser denunciadas pelas publicações estudantis.

A criação do Posto Policial na Faculdade de Enfermagem foi um dos temas recorrentes em algumas publicações do BEBA. A crítica girava em torno da “preservação

⁸ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº zero, 2 a 8/04/1973. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 983.

⁹ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº 12, 30 /07 a 11/8/1973. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP. 3841.

¹⁰ Segundo o Relatório da CNV, apenas 434 mortes e desaparecidos foram confirmados durante a ditadura. Dentre os casos confirmados Carlos Brilhante Ustra, foi responsabilizado pela autoria direta de condutas que ocasionaram graves violações de direitos humanos a mais de 20 vítimas, entre 1970-1974. Além de muitos atos promovidos por outros órgãos da repressão, surgido ou reestruturado no governo de Médici.

da integridade e autonomia da universidade”¹¹, devido às intervenções promovidas pelos policiais. Conforme a edição de número zero de 1973, as “atividades policiais ultrapassa[vam] as de fiscalizar somente jogos, costumes, furtos e roubos”¹².

A atuação dos policiais dentro da universidade não foi a única coisa que gerou tensão no espaço acadêmico. As contínuas restrições impostas aos estudantes, como proibição de reunião, proibição da circulação do BEBA em algumas escolas, as intimações de estudantes, a prisão arbitrária em solo universitário de um estudante de geologia e de um professor em sua residência, tendiam a “tornar-se uma sistemática que fere a autonomia universitária e os nossos direitos assegurados pela declaração universal dos direitos do homem, assinada pelo Brasil em 1948”¹³. Assim, os estudantes se posicionavam “contrários a essas ‘interferências’ que criam um clima de tensão e medo”¹⁴.

Nos anos que seguiram, o clima de tensão e medo não foram extintos. Contudo, a flexibilização gerada pela política de distensão motivou a retomada das mobilizações. A partir da publicação do BEBA do ano de 1976, sem número de edição, tomamos conhecimento da prisão de dois estudantes da UFBA. Presos em Governador Valadares/RJ, ambos estavam indo representar a Bahia no Encontro de Estudantes no Rio de Janeiro. Conforme o boletim, “essas comissões surgiram da necessidade natural dos estudantes brasileiros de se organizarem para debater problemas e encaminhar soluções”.¹⁵ Dessa forma, o Movimento Estudantil buscava superar a organização local, e passava vislumbrar a união dos estudantes do Brasil.

Após a prisão dos estudantes da UFBA, os seus colegas uniram-se em prol da libertação dos detidos. Por conta disso, a força repressiva buscou desorganizar a movimentação estudantil, proibindo as reuniões, divulgações de cartazes, passagens em salas de aulas, além disso, o DA de Economia foi fechado, quatro estudantes foram suspensos, e guardas foram colocados nas unidades para atuarem de forma ostensiva contra os alunos.¹⁶ Porém, os atos repressivos tiveram um efeito reverso, incentivando

¹¹ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº 2, 23 a 30 /04/1973. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 987.

¹² Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº zero, 2 a 8/04/1973. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 04, RP. 983

¹³ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº 12, 30 /07 a 11/8/1973. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3841.2 (recto).

¹⁴ Idem.

¹⁵ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº -, 29/3/1976. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3777.

¹⁶ Boletim dos estudantes da Bahia (BEBA), nº -, 29/3/1976. Arquivo da ditadura, Centro de Estudos Baianos/UFBA, Cx. 10, RP.3777.3.

a ampliação do movimento. O confronto com os dirigentes da universidade só parou depois que os alunos detidos foram liberados pela Polícia Federal.

Além do fato descrito encontrado no BEBA, durante o período do governo Geisel ocorreram diversas outras manifestações estudantis, como a greve contra o jubramento em 1975 (SILVEIRA, 2019, p. 88), greve dos estudantes de psicologia por melhores condições de ensino e manifestação contra a demissão do professor Paulo Miranda, ambas em 1977, entre outras (SILVEIRA, 2019, p. 102). Algumas com resolução favorável aos estudantes, outras nem tanto. O que todas as mobilizações estudantis tiveram em comum? A presença de órgãos repressivos e punições coercitivas, que buscava restringir, quiçá extinguir o Movimento Estudantil. Porém, apesar de fazer uso de mecanismos perversos de controle, o serviço de repressão não alcançou seu objetivo, e em 1979 os estudantes conseguiram recriar a União Nacional dos Estudantes (UNE), fortalecendo os laços dos estudantes do país.

Considerações finais

A repressão contra a população brasileira existiu desde que os militares tomaram o poder do Estado em 1964. Por meios dos atos institucionais, atos complementares, decretos e órgãos de repressão, os governos militares intimaram, prenderam, demitiram, aposentaram, jublaram, tiraram os direitos políticos, o *habeas corpus*, torturaram e mataram. As ações cometidas pelo Estado foram abomináveis e não importa se os números de atingidos pela repressão sejam maiores ou menores, se comparados às ditaduras de outros países. Isso porque a defesa dos direitos humanos deve ser para todos, independente de raça, classe social, gênero, religião etc.

Apesar da certeza de que a opressão existiu desde o primeiro momento do regime, não é possível negar que o AI-5 foi um marco na ampliação do aparelho repressivo. Os atos repressivos contra os estudantes nos confirmam que o projeto de distensão política, desenvolvido pelo presidente militar Geisel, não aceitava mobilizações que visasse produzir críticas, mesmo que de forma indireta, ao Estado. Contudo, a persistência das manifestações também nos faz refletir que mesmo com medo, os estudantes permaneceram se mobilizando contra as forças repressivas.

As mobilizações existiram, e foram importantes no processo de luta contra a ditadura, pois elas elaboraram pesadas críticas ao governo segregador, além de promover diversas denúncias contra as arbitrariedades promovidas pelo governo autoritário. De alguma forma os jornais publicados pelos estudantes, a exemplo o BEBA,

podem ter contribuído para resistência. Os jornais estudantis serviram não apenas como um meio de diálogo dos problemas internos, mas também contribuíram na elaboração de denúncias de atos autoritários. Atores esses que não devem ser esquecidos.

Temos noção de que (re)lembrar momentos traumáticos é uma tarefa difícil, mas o papel da História é justamente o de não deixar esquecer. O papel do professor de história é o de rememorar os fatos históricos, passar adiante o conhecimento adquirido através dos estudos e auxiliar aos nossos alunos no desenvolvimento da consciência e análise crítica. Não é sabido ao certo até que ponto nós, professores, conseguimos alcançar esses objetivos.

Contudo, ensinar sobre a história do nosso passado recente e antidemocrático nos leva a cumprir o nosso papel enquanto profissional da educação, pois estamos indo de encontro às políticas de negação aos estudos sobre ditadura, da exaltação de torturadores e da tentativa de criminalizar os movimentos sociais. Desta forma, estamos contribuindo junto aos demais profissionais (professores/pesquisadores) que se encontram na esteira da luta pelo não apagamento da memória sobre o período da ditadura no Brasil.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Tradução Clóvis Marques. 5ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Mortos e desaparecidos políticos** / Comissão Nacional da Verdade. – Brasília: CNV, 2014.

MOTA, Mauricio Quadros. **A Une Volta à Cena: a reorganização do Movimento Estudantil baiano e processo de reconstrução da UNE (1969-1979)**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Econômica) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2000.

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Université de Paris 1 – Panthéon Sorbonne, Centre d'Histoire Sociale du XXème Siècle, São Paulo, Paris, 2010.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; *et al.* *Escola Politécnica da UFBA e a Assessoria de Segurança e Informação*. **Anais** do XV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação – ENANCIB 2014.

RESENDE, Maria José de. **A ditadura militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade** (1964-1984). Londrina: Eduel, 2013.

SILVEIRA, Anne Alves da. **Sorria, você está sendo espionado**: a atuação do serviço de informação na Universidade Federal da Bahia (1972-1979). Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2019.

VELHO, Gilberto. **Individualismo e cultura e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

Anne Alves da Silveira

Doutoranda em História pelo PPGH/UFRGS.

Currículo Lattes:

<http://lattes.cnpq.br/5277890125838184>

Artigo recebido em: 09 de julho de 2021.

Artigo aprovado em: 02 de setembro de 2021.